

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 4.014, de 2012 (Apenso o PL nº 6.901, de 2013 e nº 7.873, de 2014)

Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que "Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, e dá outras providências", para permitir aos municípios acesso aos recursos do FNSP, quando fizerem incluir, em suas licitações, dispositivo de reserva de vagas para apenados em regime aberto, semiaberto e egressos do sistema prisional.

Autor: Deputado ENIO BACCI

Relatora: Deputada FLÁVIA MORAIS

I - RELATÓRIO

A Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, resultante da conversão da Medida Provisória nº 2.120-9, de 2001, "Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, e dá outras providências." O FNSP tem o objetivo de apoiar projetos, enquadrados nas diretrizes do plano de segurança pública do Governo Federal, na área de segurança pública e de prevenção à violência.

O art. 4º do diploma legal supracitado prevê a destinação de recursos do FNSP ao reequipamento, treinamento e qualificação das polícias civis e militares, corpos de bombeiros militares e guardas municipais; a sistemas de informações, de inteligência e investigação, bem como de estatísticas policiais; à estruturação e modernização da polícia técnica e científica; e a programas de polícia comunitária ou de prevenção ao delito e à

violência, dentre outros. E o inciso II do § 3º do mesmo artigo estabelece que o Município que mantenha guarda municipal ou realize ações de policiamento comunitário ou, ainda, institua Conselho de Segurança Pública, terá acesso aos recursos do FNSP.

A proposição principal visa acrescentar novo inciso ao parágrafo recém-mencionado, para permitir que recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública sejam destinados a entes da federação que reservem vagas para apenados em regimes aberto e semiaberto, bem como a egressos do sistema penitenciário, nas licitações públicas destinadas à contratação de serviços que incluam a prestação de mão de obra, com exceção dos serviços de segurança, vigilância ou custódia.

A Justificativa do projeto invoca o dever do Estado de promover a ressocialização de egressos do sistema carcerário, bem como aponta que a oferta de trabalho digno reduz os índices de reincidência criminal e de violência.

Após o transcurso do prazo regimental, sem que nenhuma emenda fosse apresentada ao projeto principal, a ele foi apensado o Projeto de Lei nº 6.901, de 2013, que “Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que dispõe sobre normas gerais para licitações e contratos no âmbito da Administração Pública, para fixar reserva de vagas para egressos do sistema penitenciário e apenados em regimes semiaberto e aberto nas contratações de obras e serviços.”

O apenso, resultante da aprovação da Sugestão nº 36, de 2011, pela Comissão de Legislação Participativa, acrescenta artigo à Lei de Licitações determinando que, na contratação de obras e serviços pela administração pública, 5% das vagas sejam reservadas para egressos do sistema penitenciário e apenados em regimes semiaberto e aberto. São ressalvados de tal reserva os serviços que exijam certificação profissional específica e, apenas para os apenados em regime semiaberto e aberto, os serviços de segurança, vigilância ou custódia. O descumprimento de tal exigência autorizaria a Administração a rescindir o contrato.

O objetivo da proposição seria o de restaurar a cidadania do apenado e reduzir a reincidência.

A apreciação do mérito das propostas se inicia por esta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e terá continuidade nas Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e de Finanças e Tributação.

II - VOTO DA RELATORA

O projeto principal prevê a destinação de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP aos entes governamentais que, nas licitações públicas destinadas à contratação de serviços, reservarem vagas para apenados em regimes aberto e semiaberto, bem como a egressos do sistema penitenciário. A seu turno, o apenso reserva à mesma clientela 5% das vagas vinculadas às contratações de serviços pela administração pública.

Embora reconheçamos as nobres intenções que deram origem a ambas proposições, não podemos nos omitir sobre os efeitos indesejados que adviriam da eventual transformação das mesmas em norma jurídica.

Em primeiro lugar, deve se considerar que, ao se reservarem vagas para determinado grupo, aumenta-se a dificuldade de alocação no mercado de trabalho para o restante dos trabalhadores. Em outras palavras, a tentativa de evitar a reincidência de apenados e ex-detentos custaria o emprego de cidadãos sem quaisquer antecedentes criminais.

Além disso, caso se estabeleça a reserva de vagas para apenados como condição suficiente para que os entes federados tenham acesso aos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, comprometer-se-á, simultaneamente, o estímulo às demais ações que o art. 4º da Lei nº 10.201, de 2001, prestigia, quais sejam: (1) a instituição de planos de segurança pública; (2) o fornecimento de dados e informações ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas – SINESP; (3) a manutenção de guardas municipais; e (4) a realização, pelos Municípios, de ações de policiamento comunitário. Como essas ações têm enorme relevância para a promoção segurança pública, a implementação da proposta ora analisada teria custo indireto demasiadamente elevado.

Pelo exposto, voto pela rejeição dos Projetos de Lei nº 4.014, de 2012; nº 6.901, de 2013 e nº 7.873, de 2014.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputada FLÁVIA MORAIS
Relatora